

A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA PRODUÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO A PARTIR DA BNCC

THE PARTICIPATION OF TEACHERS IN THE PRODUCTION OF THE CURRICULUM OF SCIENCES OF THE NATURE OF THE STATE NETWORK OF PERNAMBUCO FROM THE BNCC

Jacineide Gabriel Arcanjo

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Email: gabrielarcanjo2006@gmail.com

Carmen Roselaine Oliveira de Farias

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Email: carmen.farias@ufrpe.br

Resumo

Nesta pesquisa tratamos da participação dos professores no processo de produção do currículo de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Pernambuco (CPE) de 2019, o qual foi orientado pelo texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Partimos de alguns pressupostos da abordagem do Ciclo de Políticas (Stephen Ball e colaboradores) para discutir o contexto de construção dessa política curricular. Nossa análise, ainda inicial, indica que a BNCC influenciou de maneira determinante o processo de produção do CPE, inclusive na maneira de conduzir as etapas metodológicas. A participação dos professores aconteceu por meio consulta pública e seis seminários regionais e, nesses espaços, se caracterizou como participação de baixa representatividade, considerando-se o quantitativo total dos profissionais da educação no estado. Por fim, destacamos a influência das contribuições dos professores na definição do texto final do CPE.

Palavras chave: BNCC, Políticas curriculares, Professores, Pernambuco.

Abstract

In this research, we aim to analyze the participation of teachers in the production process of the Curriculum of Natural Sciences of the State Network of Pernambuco based on the BNCC. It is a qualitative study, using Stephan Ball's Policy Cycle approach to discuss the context of production during the process of building curriculum policies, in order to gather a set of information to be documented and discussed in the research. There were several paths taken until its homologation. We can say that the BNCC influenced the CPE production process, from

the presence of the written text to the way of conducting the production stages. We conclude that - in the regional seminars - the presence of teachers in the curricular production happened in an incipient way, considering the number of professionals in the area in the state, but with autonomy and protagonism in terms of choices and contributions.

Key words: BNCC, Curriculum policies, Teachers, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A escola é vista e caracterizada como uma organização social que - pela sociedade - é autorizada a cultivar, transformar e transmitir valores sociais no intuito de formar estudantes autônomos e protagonistas. É também responsável, entre outras coisas, pelo processo de construção e socialização do conhecimento e pela recriação da cultura, e, nesse processo, o currículo exerce papel decisivo.

No Brasil, a noção de currículo estabelecida nos documentos curriculares é a de um conjunto de “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos aprendentes com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo para construir as identidades dos estudantes” (BRASIL, 2013). Assim, discussão sobre currículo vai além de uma seleção de conhecimentos, envolve sim, uma operação de poder. Desse modo, o currículo é um documento de identidade (SILVA, 1999).

Durante muito tempo, o processo de produção dos currículos envolveu basicamente a participação de consultores e especialistas em educação (nacionais e internacionais) que exerciam a tarefa de construir currículos, perfazendo, quase sempre, um trabalho centralizado, prescritivo e vertical. Para os professores, ficava a opção de colocá-los em prática como consumidores de rotinas prontas, orientados por “receitas de bolo” a serem reproduzidas. Ficava, assim, clara a distinção clássica entre aqueles que pensam e outros que realizam. Ou seja, um grupo de pessoas discute e idealiza o documento, e outros ficam com a tarefa de implementá-lo.

Muita coisa mudou desde a construção e homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Após a homologação da Base, estados e municípios foram direcionados a rever e reestruturar seus currículos, considerando a necessidade de que todos os docentes tivessem conhecimento e participassem do processo de produção desses documentos, sabendo que isso não é uma realidade social comum em todos os locais. Nesse sentido, o currículo ultrapassa a ideia de uma simples seleção de conteúdos disciplinares (SAVIANI, 2016); ele vai além. O currículo não pode se apresentar como um campo estático e verticalizado, mas, ao contrário, configura-se como uma arena de produção do conhecimento em que teorias de conhecimento, grupos sociais e pessoas com capital cultural participam (LOPES; MACEDO, 2011).

A BNCC foi homologada em 2017 e constitui um documento normativo nacional que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Está embasado no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). Por esse objetivo englobante, a BNCC serve de referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e redes escolares dos estados, distrito federal e municípios, além das definições pedagógicas de todas as instituições escolares. Sendo o currículo um elemento vital da educação escolar, essa política impacta também a formação de professores, avaliação, materiais educacionais e até a infraestrutura (BRASIL,

2017).

O documento que nos detemos neste trabalho é o correspondente à Educação Infantil e Ensino Fundamental, que serviu de base para a produção do texto de política curricular do estado de Pernambuco, nosso foco de pesquisa. Entendemos que compreender o processo de produção de uma política curricular é um empreendimento muito complexo que envolve muitos aspectos interrelacionados. Entre eles, devemos indagar sobre a participação dos professores na construção de tais políticas, tendo em vista os valores democráticos presentes nas normas educacionais brasileiras.

De acordo com Silva e Ponce (2012), existem fragilidades no âmbito de participação de professores nos percursos de produção dos currículos das redes. Um dos maiores desafios para os professores é justamente aquele inerente à discussão de processos de elaboração e implementação do currículo, dos quais os docentes devem, necessariamente, participar (SAVIANI, 2012). Não é pertinente continuar a subtrair de quem ensina a decisão sobre os princípios e fundamentos de suas práticas.

Segundo Cássio (2017) repensar o currículo a partir da BNCC não foi visto por estados e municípios como uma tarefa fácil, considerando o contexto tumultuado do movimento de construção da Base com tantos elementos de discordâncias e discussão. Mas, segundo o documento oficial da Base, por ter caráter normativo é obrigatório que seja considerado nas reformulações dos currículos.

Em 2017, o estado de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME/PE) iniciaram uma nova fase voltada para construção do documento curricular dessa unidade da federação a partir da homologação da BNCC. No início do processo, foi instituída uma Comissão Estadual de Construção Curricular, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE), UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) (PERNAMBUCO, 2019).

O objetivo desta pesquisa é explorar as condições de participação dos professores da educação básica, notadamente, do ensino fundamental, no processo de produção do Currículo de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Pernambuco. Partimos da indagação: em que condições ocorreu a participação dos professores nos seminários regionais no processo de produção textual do Currículo de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Pernambuco?

Descrever e refletir sobre o perfil e participação dos professores na produção de uma política pública para a educação é uma ação importante e significativa no contexto escolar. Muitas são as políticas públicas que direcionam a educação brasileira, muitas também são as críticas e dificuldades de compreensão e aplicação dessas. Contudo, é válido ressaltar a relevância de se discutir a temática, considerando a maneira como aconteceu a participação dos atores e os caminhos dessas elaborações.

REFORMAS CURRICULARES NO BRASIL E A BNCC

Nas décadas de 80 e 90 já se apresentava na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei Federal 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) o projeto de um currículo nacional unificado para a educação básica, a ser complementado em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar.

Um ano após a aprovação da Lei 9.394/96, foram publicados, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Os parâmetros foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo. A intenção era ampliar e aprofundar um debate educacional que envolvesse escolas, famílias, governos e sociedade.

De 2008 até 2010, funcionou o Programa Currículo em Movimento, que buscava melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do Currículo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Com o passar dos tempos, a ideia adquiriu força a partir da adesão do chamado terceiro setor, que apresentava interesses capitalistas constituídos por organizações não governamentais (ONGs) e fundações, que passaram a defender a necessidade de um conglomerado que fosse referência nacional. Com esse ensejo, tais grupos conseguiram a inserção dessa proposta no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), incidindo em quatro das suas vinte metas, passando a prever a criação de uma Base Nacional Comum Curricular.

Além de questionar a pertinência da existência de uma base, parte da comunidade científica considerou o processo de sua produção bastante enviesado. O processo se deu por via de escassas discussões com a sociedade civil e sob um fogo cruzado no cenário político nacional.

As lacunas evidenciadas no processo de produção da BNCC iniciaram-se no Governo de Dilma Rousseff quando foram produzidas as duas primeiras versões do documento: a primeira foi divulgada em setembro de 2015 (BRASIL, 2015); e a segunda, em maio de 2016. Já uma terceira versão, bastante diferente da segunda, foi apresentada à sociedade não mais como uma versão, mas como uma proposição final para apenas ser lapidada e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Proposta com ares de prévia final foi divulgada em abril de 2017, já no governo de Michel Temer, e homologada, com pequenas modificações, em dezembro do mesmo ano. É sobre esta versão, aligeirada e que foi promulgada, que nos detemos neste trabalho.

O período de divulgação da primeira versão da BNCC, em 2015, deu-se num contexto bastante conturbado em que se acirram as disputas políticas e de poderes com repercussões no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016). O período é de grande instabilidade política e quatro diferentes ministros passaram pela pasta da Educação. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) institui, por meio da Portaria nº 592 de 17 de junho de 2015, uma comissão de especialistas, composta por 116 membros, incluindo professores de 34 universidades e das redes estaduais do todo o país com a finalidade de construir a BNCC. As sucessivas mudanças de ministros e na equipe de especialistas entre a segunda e terceira versão conturbam o processo de produção do documento.

Entre 2015 e 2016, profissionais da educação de modo geral poderiam contribuir com o documento da BNCC por meio consulta pública *online* da primeira versão. O discurso oficial sobre a participação social no processo de construção da BNCC é o resultado dessa consulta pública à sua primeira versão, que registrou, segundo o MEC, impressionantes 12 milhões de contribuições (CÁSSIO, 2017).

No período de 23 de junho a 10 de agosto de 2016, os 27 seminários estaduais contaram com a participação de professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC. Após esses eventos iniciou-se a consulta pública para o fechamento da primeira versão com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) promovendo esses eventos. Em agosto do mesmo ano, começa a ser redigida a terceira e conflituosa versão da BNCC.

Com Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017, a última versão da BNCC foi homologada pelo ministro Mendonça Filho. A partir disso, iniciou-se a mobilização em todos os estados brasileiros para organizarem suas propostas curriculares, debaterem acerca de como implementar o que a Base determina e como estruturar o processo de produção de seus currículos a partir dela.

Analisando esse modelo de produção da BNCC, sobretudo o exposto na terceira versão do documento, sujeito às pressões dos setores econômicos altamente organizados, podemos dizer que foi tímida a participação representativa dos docentes considerando o tipo de contribuição realizada, com efeitos concretos na definição do conteúdo do texto. Para Barreiros (2018), por exemplo, a realização da consulta não garantiu real participação na construção e nas tomadas de decisão em torno da BNCC. Esse modelo de participação foi reproduzido nos estados e municípios na construção de seus currículos.

METODOLOGIA

Como dito anteriormente, neste trabalho investigamos a participação dos professores nos seminários regionais de produção do currículo de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Pernambuco. Para isso, realizamos uma aproximação aos documentos da BNCC, currículo de Pernambuco, Parecer nº 114 do Conselho Estadual de Educação e Atas dos seminários Regionais.

Procuramos dialogar com a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores (2016) para refletir sobre o contexto de produção do texto do currículo estadual, foco do trabalho. O Ciclo de Políticas apresenta três contextos contínuos e inter-relacionados, sendo eles o contexto de influência, de produção de texto e o de prática. Esta perspectiva não é utilizada para descrever ou legitimar a política, mas como forma de pensar e saber como ela é feita e, assim, analisar seu processo de produção criticamente (MAINARDES, 2006).

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

A produção de um currículo é movida por forças sociais e políticas e todo esse movimento deveria ter uma forte participação ativa e efetiva dos professores se quisermos democrática. Os docentes são parte relevante no processo de produção do currículo, tanto porque são agentes que recriam e reinterpretam as políticas educacionais nos contextos múltiplos das escolas, quanto pela sua histórica desvalorização profissional e marginalização nas tomadas de decisões que precisa ser fortemente combatida.

No caso de Pernambuco, foi definido um planejamento visando proporcionar a participação dos profissionais da educação no debate da BNCC. Houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada com o intuito de realizarem a análise da BNCC, fazer estudos combinando os documentos curriculares vigentes, assim surgindo a primeira versão a ser apresentada ao público para que as contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar fossem incorporadas na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC. O intuito era construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do estado.

Já o processo de produção do Currículo de Pernambuco aconteceu em seis etapas: a) mobilização das escolas para apreciação e discussão sobre a BNCC; b) alinhamento da BNCC

com os documentos curriculares vigentes da Rede; c) seis seminários regionais; d) consulta pública; e) um seminário estadual; e f) submissão ao Conselho Estadual de Educação.

Inicialmente, aconteceu a mobilização nos espaços escolares de todo o estado de Pernambuco num movimento chamado “Dia D” que aconteceu em todas as escolas da rede. Nessa ocasião, a BNCC foi apresentada e discutida junto aos professores durante um período de duas semanas, considerando as necessidades locais de cada comunidade escolar. Após o movimento do Dia D, houve uma análise entre o que existia na Base e o que os documentos curriculares apresentavam.

Assim, foi-se constituindo a primeira versão do documento que, em seguida, foi apresentada nos seis seminários regionais realizados entre agosto e setembro de 2018, momento no qual houve a participação de, aproximadamente, 2.100 profissionais de todos os componentes curriculares e de todas as regiões do estado de Pernambuco.

No momento que os seminários regionais foram encerrados, iniciou-se o processo de consulta pública, que aconteceu na plataforma da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco¹, contando diversas contribuições, consolidando a segunda versão do documento. Com a segunda versão consolidada, houve - por último - o seminário estadual com 350 participantes. Nesse ponto, o documento foi finalizado, chegando à terceira e última versão para ser enviado ao Conselho de Educação para apreciação e aprovação.

A primeira versão do documento curricular foi disponibilizada via consulta pública, por meio de plataforma *online*, seguindo o padrão semelhante à BNCC. Esse foi um momento bem crítico do processo, visto que os espaços para contribuições estavam condicionados com questões de múltipla escolha, do tipo “concordo”, “concordo parcialmente” e “não concordo” com determinada habilidade. Abria-se apenas espaço de caixa de texto nas situações em que se alegava “concordar parcialmente” ou “não concordar”. Desse modo, pretendia-se que a contribuição viesse no sentido de aprofundar as habilidades, complementar e/ou contextualizar. No momento, essas sugestões deveriam ser referentes às habilidades e a seus respectivos códigos, restringindo e fechando os espaços de discussão do texto do Currículo proposto. Diante dessas condições, o momento da consulta pública contou 1.112 contribuições na plataforma no que tange à área de Ciências da Natureza, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (PERNAMBUCO, 2019).

O consolidado das colaborações advindas via plataforma digital foi incorporado ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Posteriormente, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à versão final do Currículo de Pernambuco, a qual foi enviada para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Após a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, o Currículo de Pernambuco foi homologado e publicado em janeiro de 2019, organizado em quatro volumes: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Linguagens, Ensino Fundamental – Matemática e Ciências da Natureza e Ensino Fundamental – Ciências Humanas e Ensino Religioso. Todos os volumes iniciam com uma introdução que aborda, entre outros aspectos, a concepção e os princípios norteadores desse documento, o processo de ensino e aprendizagem, a formação de professores e *avaliação da, para e como aprendizagem* (PERNAMBUCO, 2019).

Analisando o processo de produção de uma política curricular, é necessário evidenciar que tal política não deve ser enxergada como um conjunto de regras escritas que devem ser apenas

¹ As informações referentes ao processo de produção do Currículo de Pernambuco CPE foram obtidas nos documentos oficiais presente no site da Rede, disponível em: www.educacao.pe.gov.br; Acesso em: 10 de out de 2022.

implementadas. Devemos discuti-la como um processo dinâmico, permeado por relações de poder em que há uma constante negociação de valores, interesses, significados, discursos e práticas contingentes, bem como precárias, estando sempre a se rearticular na luta por uma hegemonia de ideias e ações.

A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE PRODUÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

A participação é um instrumento social regularmente presente na pauta das reformas administrativas e do ideal democrático de gestão moderna. O conceito de participação persiste, muitas vezes, em tom vago, sendo necessário delineá-lo para circunscrevê-lo em dado contexto social e legítimo. A participação deve ser vista como conquista, significando um processo infundável de “vir-a-ser”, em um movimento processual, não sendo suficiente nem acabada (DEMO, 1999). A educação tem a função fundamental, que é de ordem política, como meio que ensina e mobiliza a participação em um processo formativo.

Para Demo (2001), a participação deve ser vista como um exercício democrático. Através dela, aprendemos a eleger, a deselegar, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade e assim por diante. Podemos, assim, depreender que participar dos processos sociais com dada autonomia e poder é exercer a própria cidadania. Mainardes (2006), fundamentando na abordagem do Ciclo de Produção de Políticas de Ball e colaboradores (2016), defende que as políticas não são apenas implementadas, mas recriadas e reinterpretadas pelos atores educacionais nos contextos produtores de políticas.

Em algumas situações de gestão de políticas públicas, as formas de participação são vistas como maneiras de legitimar a discussão e implementar sem debate social certos projetos políticos. Sendo assim, o professor desempenha importante função no processo de construção curricular, sabendo o tipo de papel e da responsabilização que lhe são atribuídos naquele processo, realizando-se segundo o grau de autonomia curricular exposto.

Nesse processo de produção de um currículo o professor é visto muitas vezes como o promotor, aquele que possui liderança e toma decisões. A ele foi atribuído o papel de participar do momento, pensar e executar um currículo. Esse ator pode ter uma participação ativa no desenvolvimento curricular em nível da programação, desde que produzida de uma forma colegiada, no sentido de articular o currículo prescrito (oficial e formal) com as necessidades educativas próprias do âmbito escolar e dos estudantes, fazendo-o de uma forma contextualizada, o que passa pela gestão dos planos curriculares, programas e/ou conteúdos programáticos, atividades didáticas, produção de materiais curriculares, definição dos critérios de avaliação, orientação e acompanhamento dos alunos (PACHECO, 2001).

Pensar na construção de um currículo de ciências, é pensar no movimento dialético de ação-reflexão-ação, que deve ser estruturada e alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos e que devem estar ancorados no constante diálogo e partilha entre os envolvidos. O documento deve possibilitar discussões para que o professor de ciências reflita sobre a necessidade do rompimento de visões simplistas sobre ensinar Ciências trazidas à década, sendo essencial conhecer a habilidade e a competência a ser desenvolvida pelo estudante; e com isso questionar as ideias docentes de “senso comum” sobre o ensino e aprendizagem das Ciências. Nesse sentido, para que as

necessidades formativas desses professores se efetuem, faz-se necessária uma contínua mudança didática na prática que deverá estar associada a uma tarefa de pesquisa e inovação permanente.

A participação dos docentes aconteceu em todas as etapas. No momento que a primeira versão curricular foi publicada, ela culminou das diversas discussões realizadas nas escolas na ocasião de mobilização chamada o Dia D, data em que toda as escolas do estado pararam para realizar um estudo sobre a BNCC e seus documentos orientadores e na qual as contribuições sugeridas foram organizadas pela comissão de construção curricular. O resultado disso foi a primeira versão que foi apresentada nos seis seminários regionais e na consulta pública.

Os seminários foram organizados em seis momentos, em vista da necessidade de ter a participação efetiva de pessoas de todas as regiões do estado. As secretarias municipais e estaduais, sindicatos e instituições de ensino superior foram convidados a encaminhar representantes para participarem da construção curricular, tendo o cronograma com os dias de cada seminário e os respectivos representantes. A ideia era que todos os municípios pudessem ter sua representação garantida nesse momento dos seminários, para que aquelas instituições que não desejassem construir seu currículo pudessem escolher utilizar o Currículo Estadual como referência.

Nesse momento, aconteceu o processo de produção do currículo de todos os componentes curriculares, de maneira simultânea, a cada seminário que se repetia. A dinâmica de participação se deu a partir da primeira versão do documento. Durante os três dias de seminário, houve palestras com a temática currículo e grupos de trabalhos (GTs) por componente curricular. Cada GT tinha três representantes da comissão curricular que direcionava os trabalhos. Havia as orientações gerais quanto à dinâmica de trabalho de cada GT, que também estava aberto para novas adequações. Os representantes da comissão, chamados de redatores do Currículo, faziam apresentação da versão preliminar do documento, chamada de versão 1.0, a qual era resultante das contribuições do Dia D e de documentos curriculares oficiais.

A dinâmica de produção do documento acontecia da seguinte maneira: os redatores projetavam a versão 1.0 do documento e se fazia uma leitura coletiva dele, considerando habilidade por habilidade de cada eixo temático do componente. Em Ciências da Natureza, a versão 1.0 traz três eixos: matéria e energia, vida e evolução e terra e universo. Com um total de 154 habilidades dispostas nesses eixos temáticos. No final dos seminários, o documento constava com 195, sendo que apenas 14 habilidades da primeira versão foram validadas de imediato.

A cada dia do seminário, um eixo temático era discutido. Os participantes faziam a leitura coletiva das habilidades uma a uma, e - a cada habilidade lida - eles se colocavam, dizendo se concordavam ou não com a maneira como ela estava escrita ou se desejavam: complementar, aprofundar, contextualizar, desdobrar, criar, reorganizar o texto ou validar. Dessa forma, cultivou-se a participação ativa e autônoma dos participantes.

A comissão que coordenava o GT fazia as anotações propostas e colocava para todo o grupo, entrando em consenso a cada proposição, havendo durante muitos momentos divergências e silenciamentos diante das proposições, como também do currículo está organizado por competências e habilidades. O intuito dessa dinâmica de trabalho do GT era permitir que todos os participantes se colocassem de maneira autônoma e protagonista, bem como também deixar o documento com as características da realidade pernambucana, considerando todas as regiões do estado.

Na sala do componente Ciências da Natureza, houve uma média de quarenta pessoas convidadas por seminário, totalizando 207 os que compareceram até o final dos seis encontros.

De acordo com o quadro 1 abaixo, podemos observar o quantitativo de representantes em cada seminário.

Quadro 1- Participantes aos Seminários Regionais do componente Ciências da Natureza, por entidade

Seminários	Professores (redes estadual, municipais e privada)	Professores de Instituições de Ensino Superior	Representantes da Sociedade Civil	Total de participantes
1º	36	1	1	28
2º	31	x	1	32
3º	38	x	x	38
4º	34	x	x	34
5º	28	1	1	30
6º	32	1	2	35
Total	199	3	5	207

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação do estado de PE.

Diante dos números expostos no quadro acima, podemos dizer que ainda assim foi uma pequena representação, considerando o total de envolvidos na área e o total de profissionais em todo o Estado. Podemos dizer que a concepção de participação abordada pode estar restrita ao que Lück (2003) denomina participação como representação, comum em grandes grupos, cujo número de integrantes não favorece a participação direta de todos.

Nesse processo, a participação dos professores não pode limitar-se a uma abordagem de participação como representação, como preconiza Lück (2003), e sim ao tipo de participação em que a ideia, expectativas e valores são compartilhados, mas não necessariamente levados a processos decisórios, emergindo mais a natureza da representação de um que fala como portavoza de um grupo maior. É nesse sentido que enfatizamos a participação não por representação dos docentes nesse momento de fala e construção.

Percebemos que o processo de produção do Currículo de Ciências da Natureza de Pernambuco possui uma natureza complexa e controversa no sentido de participação e representação. A participação dos docentes teve como característica fundamental, a força de atuação consciente pela qual se reconhece e se assume o seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica curricular, a partir da vontade de exercer compreensão, decisão e ação sobre o currículo, não apenas execução.

Portanto, construção de um currículo de ciências constituir-se da participação como engajamento em uma abordagem que conflui e que seja, além da presença, da oferta de ideias, análise e tomada de decisão, movimentos que não prescindem da disposição para a partilha e o diálogo, mas que mostre a necessidade de se articularem os processos macro e micro na produção e análise de políticas educacionais. Saindo da ideia que ensinar ciências é memorizar e acumular informações de caráter meramente descritivo, deve-se fazer do ensino de ciências uma linguagem que facilite o entendimento do mundo, levando os aprendizes a atribuírem

significados aos conteúdos específicos das disciplinas. Ensinar Ciência tem relação com aprimorar a leitura do mundo onde estão inseridos, para que sejam capazes de transformá-lo para melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo uma aproximação ao tema da participação dos professores no processo de produção do Currículo Ciências da Natureza da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Para tanto, partimos do pressuposto de que é relevante o engajamento e espaço de fala dos professores nesse processo. E que o movimento de participação para a construção curricular possa potencializar a profissionalização do professor, já que o convida a falar, elaborar e não apenas a ouvir e realizar. Esse processo é importante, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2003).

Consideramos que a participação dos envolvidos deve ser considerada como ação política - abrindo-se para um debate ideias de aceite e de conflito, confrontando lógicas e discursos - que busque a negociação democrática e seja proponente de diálogo.

Identificamos um contexto de influência bastante presente nesse movimento de produção do texto do currículo no que diz respeito a BNCC. Acreditamos que a participação dos docentes pode e deve ser vista como uma conquista democratizadora das relações organizacionais na educação e, nesse caso, do próprio currículo, admitindo-se que este é elemento social e político.

Em Pernambuco, do trabalho de planejamento da comissão até à produção do texto curricular final, houve participação dos profissionais da educação em todas as etapas de elaboração. Mas também podemos afirmar que esta participação não aconteceu como previa a comissão. Houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada com o intuito de realizarem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC, visando construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do estado. No entanto, tais contribuições aconteceram de maneira ainda muito superficial e fragmentada, visto que os representantes muitas vezes não traziam elementos significativos para compor as habilidades no quesito identidade.

Quando consideramos a perspectiva de Ball e colaboradores (2016) como referência teórica e metodológica de análise, podemos dizer que foi identificado o contexto de influência e produção dos textos na produção do currículo de Ciências de Pernambuco. Visto que as definições políticas foram discutidas na ótica de uma intencionalidade, sendo interpretadas e materializadas no contexto da produção de textos em documentos oficiais.

Podemos concluir que nos seminários regionais a presença dos professores na produção curricular aconteceu de maneira incipiente, considerando o quantitativo de profissionais da rede, mas que a participação aconteceu de forma autônoma e participante no que tange as escolhas e contribuições do texto construído. Em outros momentos da produção, todo e qualquer profissional ou pessoa da sociedade civil poderia participar, trazendo suas contribuições.

Houve profissionais que simplesmente não participaram do processo em nenhuma das etapas, seja por não legitimarem a existência da BNCC ou do Documento Curricular, negando-se a contribuir, corroborando com o discurso histórico de que as políticas educacionais são

construídas e implementadas “de cima para baixo”, ou aqueles que participam “apenas” como representação.

Sendo assim, os princípios de uma produção curricular que considere a legítima participação dos professores do reconhecimento da função essencial que eles desempenham como produtores e mediadores do processo de construção do conhecimento. Para tanto, vimos que - no processo de produção do currículo de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Educação de Pernambuco no que diz respeito aos seminários regionais, que foi a situação em que nos detivemos. É essencial, pois, lembrar que este espaço se investe de investigação empírica, no contexto da prática, com seus procedimentos e métodos, assim como sob análise reflexiva da pesquisa a respeito do que e de como se ensina.

Agradecimentos e apoios

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado concedida no ano de 2022 a Jacineide Gabriel Arcanjo.

Referências

BALL, S. J. **Textos, discursos y trayectoria de la política. La teoría estratégica.** Revista de La Escuela de Ciencias de la Educación. [S.I.], v. 2, n. 2/3, 2002, p. 19-33.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 220 p.

BARREIROS, Débora. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sujeitos, movimentos e ações. **38ª Reunião Nacional da ANPEd.** São Luís/MA, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica,**562p, 2013.

CÁSSIO, F. L. **Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 239-253, jul./out. 2018.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 1999.

DEMO, P. Educação e Conhecimento. **Relação necessária, insuficiente e controversa.** Petrópolis: Vozes, 2. Ed., 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** em reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MACEDO, E. **Currículo: política, cultura e poder. Currículos sem Fronteiras,** [S.I], v. 6, n. 2, p. 98-113, jul./dez. 2006.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco.** Recife, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: ensino fundamental.** Recife, 2019 – 606p.

PERNAMBUCO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer Nº114, de 20 de dezembro de 2018.** Recife: Secretaria de Educação.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOPES, A. C.; MACEDO. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo e Gestão Escolar no Contexto das Políticas Educacionais.** Revista Brasileira de Administração Educacional, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 115-138, 2011.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular.** Movimento. 2016; 3(4):54-84.

SAVIANI, D. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Tomas Tadeu.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5735262/mod_resource/content/1/Livro%20%20Silva%20%281999%29%20Curr%C3%ADculoDocumentos%20de%20Identidade.pdf

SILVA, F. R.; PONCE, B. J. **A participação dos professores na construção dos documentos curriculares do município de São Paulo: uma questão inerente à prática docente.** XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino: Unicamp, 2012.